

## Economia do Setor Público – Finanças Públicas

### Curva de Laffer

**32. (AFRF/1998)** \_A curva de Laffer sugere

- a) que, à medida que ocorre a tributação, a receita será sempre crescente
- b) que o mau desempenho da economia devia-se à excessiva tributação dos agentes privados, consumidores e produtores
- c) que a redução do ônus tributário forneceria estímulo para a recuperação econômica, aumentando a arrecadação do Governo
- d) que maiores incidências produzem menores receitas
- e) que as taxas muito baixas de impostos poderiam ser aumentadas para gerar maiores receitas tributárias

**33. (AFRF/2000)** De acordo com os fundamentos da curva de Laffer, identifique a opção falsa.

- a) Quando o ponto ótimo de alíquota é ultrapassado, a receita tributária pode ser aumentada mediante elevação de alíquota.
- b) Segundo Laffer, o imposto é pago sem sonegação se a alíquota for suficientemente baixa.
- c) Há um ponto ótimo de alíquota que gera uma receita tributária máxima.
- d) O modelo presume que o incentivo à sonegação cresce com a magnitude da alíquota.
- e) A curva de Laffer mostra o efeito de variações na alíquota do imposto sobre a receita tributária.

**34. (SEFAZ/CE/2006)** Quando uma sociedade está de acordo em que o governo deve desempenhar determinadas funções públicas, é preciso levantar recursos públicos para pagá-las. Isso é feito por meio de tributação de serviços e bens finais, fatores de produção e outras atividades.

Assinale a única opção falsa no que tange a efeitos do excesso de cobrança de impostos.

- a) Os impostos neutros quanto à alocação de renda são atraentes para o governo.
- b) O formato de corcova da curva de Laffer indica que a alíquota de imposto provoca tanta distorção na economia que, além de um determinado ponto (ponto de receita tributária máxima), a renda tributável declina mais depressa do que a alíquota de impostos diminui.
- c) Quando o imposto de renda atinge níveis muito elevados, os aumentos da alíquota levam à diminuição das receitas com impostos.
- d) A curva de Laffer não é levada muito a sério para propósitos de política, já que a localização de seu ponto máximo é desconhecida.
- e) Os impostos neutros quanto à alocação de renda não afetam o comportamento econômico.

**35. (GESTOR/MPOG/2002)** A curva que relaciona as taxas de tributação com as receitas tributárias é conhecida como:

- a) curva de Phillips
- b) curva de Engel
- c) curva de demanda hicksiana
- d) curva de Lorenz
- e) curva de Laffer

### 3. Inflação e déficit público

**36. (GESTOR/MPOG/2002)** Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna abaixo. Os governos podem obter volumes significativos de recursos ano após ano pela emissão de moeda, isto é, aumentando a base monetária. Esta fonte de receita é, às vezes, conhecida como \_\_\_\_\_, que é a habilidade do governo para aumentar a receita por meio do seu direito de criar moeda.

- a) crowding out
- b) coeteris paribus
- c) seigniorage
- d) break-even point
- e) take-off

### Efeito Tanzi e Efeito Patinkin

**37. (AFRF/2000)** Assinale a única opção correta no que diz respeito ao efeito Tanzi e às finanças públicas.

- a) Segundo o efeito Tanzi, a inflação tende a corroer as expectativas da sociedade como um todo.
- b) De acordo com o efeito Tanzi, quanto maior a inflação, maior a arrecadação real do governo.

- c) O efeito Tanzi apresenta a relação entre as altas taxas de inflação e o futuro quadro econômico a ser enfrentado pelo empresariado e pelo setor governamental.
- d) O efeito Tanzi demonstra que a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem existente entre o fato gerador e o recolhimento efetivo do imposto.
- e) O efeito Tanzi afirma que o imposto inflacionário representa a taxa que o Banco Central impõe à coletividade, pelo fato de deter o monopólio das emissões.

**38. (GESTOR/MPOG/2002)** O efeito \_\_\_\_\_ defende que a inflação reduz a receita tributária em termos reais em decorrência da defasagem entre o fato gerador do imposto e sua efetiva coleta (recebimento dos recursos pela autoridade fiscal). Uma das formas de o governo minimizar tal efeito é adotar a indexação do sistema tributário, ou seja, cobrar os impostos em termos de um índice que acompanhe a evolução da inflação.

O efeito \_\_\_\_\_, por sua vez, sugere que a elevação dos preços pode proporcionar uma redução do déficit público por meio da queda real nos gastos públicos, e, para isso ocorrer, basta o governo adiar pagamentos e postergar aumentos de salários num ambiente de aceleração inflacionária.

- a) Keynes - Tanzi
- b) Fischer - deslocamento
- c) Patinkin - Keynes
- d) deslocamento - Fischer
- e) Tanzi - Patinkin

**39. (TCU/2002)** O efeito Patinkin sugere que a elevação dos preços pode proporcionar a redução do déficit público por meio da queda real nos gastos públicos. Identifique qual a medida que, tomada pelo governo, não reduz o déficit público.

- a) Adiar pagamentos em um regime inflacionário.
- b) Postergar aumentos de salários em um ambiente de aceleração inflacionária.
- c) Utilizar a inflação na contribuição da redução real da receita.
- d) Administrar os recursos na “boca do caixa”.
- e) Usar o efeito Patinkin para acomodar ex ante, pela Lei Orçamentária, o conflito distributivo de recursos entre os vários setores, como educação, saúde, entre outros.

**40. (SEFAZ/CE/2006)** De acordo com a Teoria das Finanças Públicas, assinale a única opção falsa no que diz respeito a efeitos e relações da inflação no déficit público e na carga tributária.

- a) Uma forma que os governos encontraram para minimizar o efeito Tanzi é adotar a desindexação do sistema tributário.
- b) A senhoriagem é definida como receita total do governo oriunda do aumento da base monetária.
- c) Existe um nível de inflação que maximiza a receita do imposto inflacionário e, a partir desse ponto, a queda da base de arrecadação mais que compensa o aumento da inflação, que funciona como a alíquota do imposto.
- d) O efeito Tanzi defende que a inflação reduz a receita tributária em termos reais em decorrência da defasagem entre o fato gerador do imposto e sua efetiva coleta.
- e) Uma das principais fontes de financiamento do déficit público é a emissão monetária, podendo-se afirmar que um excesso de aumento da oferta de moeda na economia gera aumento dos preços e os detentores da moeda acabam arcando com uma redução em seu poder aquisitivo.

## **8. Federalismo Fiscal**

**41. (APO/ESAF/2008)** Em organizações federativas, o sistema tributário é o elemento central na estruturação das relações financeiras entre níveis de governo. Com relação ao Federalismo Fiscal no Brasil, não se pode afirmar que:

- a) a Constituição Federal brasileira de 1988 provocou graves desequilíbrios no federalismo fiscal, especialmente porque não dimensionou bem as atribuições de cada ente federado e suas respectivas fontes de receitas.
- b) na concepção do federalismo fiscal de 1988, não foi considerado o cenário de abertura e de competitividade econômica internacional nem os processos de integração econômica internacional.
- c) o equilíbrio federativo e a descentralização fiscal são importantes para que o Brasil se insira num contexto de integração econômica internacional com uma harmonização jurídico-tributária e com a remoção de tributos que inviabilizem a competição e impeçam uma integração econômica bem-sucedida.

d) durante o período de 1970/1988, a fragilidade financeira dos estados e municípios impossibilitou a maior atribuição de funções de caráter regional e local a esses níveis de governo.

e) em termos verticais, os principais privilegiados pelo processo de descentralização brasileiro, principalmente após a Constituição de 1988, foram os estados, que praticamente dobraram sua participação no total da receita tributária disponível.

**42. (APO/MPOG/2002)** A Constituição de 1988 inaugurou nova etapa do federalismo fiscal brasileiro. De acordo com as suas atuais características e peculiaridades, identifique a opção não pertinente.

a) Enormes disparidades regionais.

b) Forte tradição municipalista.

c) Centralização tributária.

d) Ampliação das transferências intergovernamentais.

e) Redução parcial da competência tributária federal.

**43. (APO/MPOG/2005)** Com relação ao Federalismo Fiscal não é correto afirmar que a) um modelo ideal de responsabilidade fiscal entre diferentes níveis de governo atribuiria aos governos estaduais e municipais atividades alocativas, enquanto atividades distributivas, bem como atividades alocativas de caráter nacional seriam executadas pelo governo federal.

b) a estabilidade e equilíbrio financeiros são condições necessárias, mas não suficientes para que o propósito de eficiência na gestão dos recursos por meio da descentralização seja de fato alcançado.

c) a descentralização e a integração são os ingredientes necessários à instituição de formas eficientes de controle da sociedade sobre as ações do Estado.

d) a descentralização favorece uma maior integração social, através do envolvimento dos cidadãos na determinação dos rumos da sociedade.

e) as decisões sobre um aumento de despesas ou sobre a distribuição setorial dos gastos governamentais são tomadas no mesmo nível das decisões relativas às medidas a serem utilizadas em um país onde a organização é federativa.

**44. (AFC/STN/2005)** A Constituição de 1988, ao introduzir mudanças nas relações intergovernamentais, aprofundou o processo de descentralização fiscal iniciado no final da década de 70. Com relação ao sistema federativo do Brasil, aponte a opção não pertinente.

a) Entre 1985 e 1990, a autonomia federalista se beneficiou com a decisão de dar aos estados o privilégio de tributar petróleo, telecomunicações e energia elétrica, aumentando assim sua base tributária.

b) Com a nova Constituição, a percentagem de impostos federais que compõem o FPE (Fundo de Participação dos Estados) e o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) subiu, atingindo 22,5% em 1993.

c) A descentralização fiscal atingiu o auge na metade dos anos 80.

d) A deterioração das condições econômicas após a abertura do mercado brasileiro à competição externa não permitiu que os estados e municípios exercessem plenamente a autonomia supostamente concedida pela descentralização política e fiscal.

e) Após a Constituição de 1988, a falta de planejamento quanto à transferência de responsabilidades de gastos públicos foi especialmente destacada no que diz respeito aos estados, que não tiveram uma especificação de atribuições.

**45. (AFC/STN/2001)** No que diz respeito ao federalismo fiscal, não se pode afirmar que

a) constitui uma técnica administrativa que possibilita o exercício do poder em territórios de grande amplitude.

b) baseia-se no estabelecimento de governos de âmbitos regional e municipal.

c) pressupõe a livre negociação entre as partes, com objetivo de garantir certo grau de autonomia e delinear a divisão das funções a serem cumpridas pelos diversos níveis administrativos.

d) impede de a nação acomodar um amplo leque de preferências individuais.

e) é um método de organização administrativa nacional.

**46. (SEFAZ-CE/2006)** Em um sistema federal, existem níveis alternativos de governo, por meio dos quais os serviços públicos são ofertados. Com relação ao Federalismo Fiscal no Brasil, não se pode afirmar que:

a) a descentralização fiscal atingiu o auge na metade dos anos 90 e foram plenamente sentidos os efeitos das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988.

b) enquanto a Constituição de 1988 apontava para uma maior descentralização e autonomia subnacional, o esforço antiinflacionário exigiu duras restrições orçamentárias que colidiram com a autonomia dos entes federados.

- c) a deterioração das condições econômicas após a abertura do mercado brasileiro à competição externa não permitiu aos estados e municípios que exercessem plenamente a autonomia supostamente concedida pela descentralização política e fiscal.
- d) uma das críticas mais comuns à Constituição de 1988 é a de que ela não só promoveu uma forte descentralização fiscal de recursos, como também promoveu equitativamente a distribuição dos mesmos entre os estados e municípios.
- e) o processo de descentralização fiscal no Brasil, iniciado nos anos 1980 e aprofundado pela Constituição de 1988, teve basicamente uma motivação política.

**47. (AFRF/2005)** A Constituição de 1988 teve como objetivo o fortalecimento da Federação.

Identifique qual a mudança provocada na tributação pela mesma, que não é verdadeira.

- a) Aumentou o grau de autonomia fiscal dos Estados e Municípios e descentralizou os recursos tributários.
- b) Atribuiu competência a cada um dos estados para fixar autonomamente as alíquotas do seu principal imposto, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sucessor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).
- c) Reduziu os recursos disponíveis da União, por meio do aumento das transferências tributárias e da limitação de suas bases impositivas.
- d) Obrigou o governo federal a criar novos tributos e elevar as alíquotas dos já existentes, em particular daqueles não sujeitos à partilha com Estados e Municípios.
- e) Obrigou à União a recompor sua receita utilizando outros tributos tecnicamente melhores do que o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, do ponto de vista da eficiência do sistema econômico como um todo.

Gabaritos:

- 1- A
- 2- B
- 3- C
- 4- A
- 5- C
- 6- B
- 7- E
- 8- A
- 9- D
- 10- A
- 11- D
- 12- D
- 13- D
- 14- B
- 15- D
- 16- E
- 17- A
- 18- C
- 19- D
- 20- C
- 21- E
- 22- C
- 23- C
- 24- E
- 25- C
- 26- C
- 27- D
- 28- C
- 29- E
- 30- B
- 31- B
- 32- E
- 33- A
- 34- B
- 35- E
- 36- C
- 37- D
- 38- E
- 39- C
- 40- A
- 41- E
- 42- C
- 43- E
- 44- C
- 45- D
- 46- D
- 47- E